



SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO S.A.

CNPJ 18.580.161/0001-67

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	144.692	60.760
Contas a receber de serviços	5	5.939	44.826
Estoque		4.381	1.253
Contas a receber de contrato de construção	7	271.664	252.606
Impostos a recuperar	8	12.131	15.979
Outros créditos		68.276	52
Total do ativo circulante		439.485	375.861
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - caixa restrito	10	78.408	81.140
Contas a receber de contrato de construção	7	3.644.821	3.641.733
Impostos a recuperar	8	30.508	173.865
Outros créditos		26	52
Total do realizável a longo prazo		3.753.763	3.896.790
Passivo não circulante			
Direito de uso	9	2.590	-
Imobilizado		3.676	2.802
		6.266	2.802
Total do ativo não circulante		3.760.029	3.899.592
Total do ativo		4.199.514	4.275.453

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022					
Lucro líquido do exercício	468.515	-	-	-	181.108
Destinações:					
Reserva legal	11.1(b)	9.055	-	(9.055)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	11.1(c)	-	-	(43.013)	(43.013)
Dividendos propostos	11.1(c)	-	(200.021)	(200.021)	(200.021)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.1(ii)	-	129.040	(129.040)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		468.515	42.308	400.353	911.176
Exercício 2024					
Reserva legal	11.1(b)	9.059	-	(9.059)	-
Dividendos obrigatórios (25%)	11.1(c)	-	-	(43.029)	(43.029)
Dividendos propostos	11.1(c)	-	(256.987)	(256.987)	(256.987)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.1(ii)	-	129.084	(129.084)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		468.515	51.367	272.452	792.334

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional: O Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, foi constituída em 03 de julho de 2013, tendo por objeto social a prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Empreendimento"), inclusive, manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial das unidades e dos sistemas do Empreendimento, bem como a execução de obras pertinentes ao Empreendimento. Os negócios da Companhia são realizados em conformidade com as disposições legais e estatutárias e as especificações técnicas do contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP") celebrado em virtude do procedimento licitatório promovido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Promotor Concedente"). O prazo total do contrato de construção e prestação de serviços são de 300 meses (25 anos), composto de uma fase I: execução da obra, com valor total de gastos de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, e uma fase II: operação do empreendimento. Conforme previsto no contrato, foi celebrado o contrato de parceria público-privada ("Contrato PPP") celebrado em cumprimento das exigências estabelecidas. Em 23 de maio de 2018 por intermédio da celebração de contrato de compra e venda, foi alterado o controle da Companhia Sistema Produtor São Lourenço S.A. que até a respectiva data era de Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e de Andrade Gutiérrez Engenharia S.A. e passou então a ser de Empresa CGC Construtora do Brasil Ltda. Esta alteração de controle foi registrada tanto pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, quanto pelos agentes financeiros Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco BTG Pactual. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp autorizou o início da fase II: de operação do sistema a partir do dia 10 de julho de 2018 com a emissão da Autorização de Prestação de Serviços e emissão da Autorização da Operação do Lodo, após a comprovação pela Sabesp da disponibilização da capacidade de tratamento e adução de água. **Aprovações:** Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 26 de março de 2025. **2. Base de elaboração: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, as quais estão listadas abaixo de maneira concisa, são consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicado ao contrário. **Receita operacional: i) Receita de construção e a receita de atualização do contas a receber de contrato de construção:** Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: a receita de construção e a receita de atualização do contas a receber de contrato de construção são reconhecidas no momento em que a Companhia foi contratada para construir o Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço S.A. que após sua conclusão começou a emitir faturas mensalmente que normalmente são pagas em 30 dias. A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **ii) A receita de operação ou prestação de serviços:** Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas: as faturas para os serviços de operação são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 30 dias. Os serviços de operação referem-se a manutenção, conservação, vigilância e segurança patrimonial e operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo do empreendimento. **Política de reconhecimento da receita:** a receita é reconhecida na medida em que os serviços são prestados pelo contrato e a receita é reconhecida para o valor terminador o valor da receita a ser reconhecida é mensurado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços são um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contra prestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia não seja capaz de pagar o pagamento presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de serviços e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no momento em que a Companhia recebe os direitos contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de serviços sem um componente significativo de financiamento é mensurado ao custo amortizado. **ii) Classificação, reconhecimento e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, o modelo de negócios seja classificado no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Companhia possui somente ativos financeiros classificados como custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • São recebidos os pagamentos subsequentes e fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações contábeis incluem: • As políticas, objetivos e estratégias da Companhia; • O comprometimento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • Como a Companhia avalia os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os ativos financeiros são classificados em três categorias: **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como a contra prestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito associado ao ativo financeiro em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia aos fluxos de caixa de ativos financeiros (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo). **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia reconhece a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de um ativo financeiro no ato da compra, quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é reconhecida no resultado. **Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração subsequente:** Os ativos financeiros são reconhecidos e mensurados ao valor justo. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contri-

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Receita líquida de serviços			
Custo dos serviços prestados	13	(30.488)	(29.443)
Lucro bruto		469.314	476.021
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(12.465)	(12.029)
Salários e encargos sociais a recolher	13	(11)	(6)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		456.848	463.986
Recargas financeiras	14	33.524	56.847
Despesas financeiras	14	(215.042)	(246.323)
Varição cambial, líquida	14	(692)	131
Resultado financeiro		(182.210)	(189.345)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		274.637	274.641
Imposto de renda e contribuição social	15	(93.464)	(93.533)
Lucro líquido do exercício		181.174	181.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício			
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		181.174	181.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Contas a receber de contrato de construção: A Companhia registrou os valores a receber em decorrência do direito incondicional de recebimento de contra prestação mensal fixa do contratante do contrato de PPP, a partir do início da fase de operação do projeto (ocorrida em julho de 2018), até o final da concessão. Os serviços de construção realizados pela Companhia (execução das obras) serão remunerados pela contra prestação mensal a ser recebida.

	2024	2023
Saldo inicial	3.894.339	3.838.760
Atualização (a)	502.752	510.487
Amortização (b)	(480.606)	(454.908)
Saldo final	3.916.485	3.894.339
Circulante	271.664	252.606
Não circulante	3.644.821	3.641.733

(a) A atualização do contas a receber do contrato de construção é calculada com base no método da taxa efetiva e calculada com base em dados reais do projeto e projeções ao longo do período de concessão; (b) As amortizações do contas a receber de contrato de construção vêm sendo realizadas desde agosto de 2018 quando se iniciou o recebimento da contra prestação mensal e será recebida até maio de 2039.

8. Impostos a recuperar: A Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil durante o exercício de 2024 o montante de R\$ 219.633 a título de restituição, sendo R\$ 29.339 referente ao IRPJ sobre saldo negativo, R\$ 5.510 referente ao CSLL sobre saldo negativo e R\$ 184.794 referente a crédito de INSS, conforme demonstrado abaixo:

	20 de junho de 2024	11.111
IRPJ - Período nº 34659.16742.13.1123.1.2.02-7420	09 de fevereiro de 2024	3.668
INSS - Processo nº 10880.723.599/2024-24	19 de fevereiro de 2024	66.541
INSS - Processo nº 13074-733.203/2023-69	20 de março de 2024	9.569
INSS - Período nº 15333.68686.271222.1.2.15-7009 e 09808.89651.271222.1.2.15-3638	15 de maio de 2024	8.569
Período nº 04415.08643.310323.1.2.15-4351, 14753.35840.310323.1.2.15-6902, 22917.70181.100423.1.6.15-8382, 37258.55065.100423.1.2.15-5026, 05880.54734.100423.1.2.15-9008, 10947.35211.100423.1.2.15-0382,	20 de setembro de 2024	4.627
38511.88528.050623.1.6.15-2010, 18691.42998.020623.1.2.15-7534, 12839.69901.250823.1.6.15-9695, 18419.74967.100823.1.2.15-5305, 12687.60179.280923.1.2.15-8367, 29828.72809.261023.1.2.15-2693 e 41571.16886.281123.1.2.15-2182,	22 de abril de 2024	59.834
INSS - Período nº 10505.15069.310124.1.2.15-1610 e 28816.27320.280224.1.2.15-9440,	15 de maio de 2024	8.569
INSS - Período nº 27087.60181.310524.1.2.15-1422	20 de junho de 2024	13.565
INSS - Período nº 31185.58856.280624.1.2.15-2017	20 de agosto de 2024	4.627
IRPJ - Período nº 13603.25951.180924.1.2.02-5376	21 de novembro de 2024	18.238
CS - Período nº 24143.57129.180924.1.2.03-7258	21 de novembro de 2024	5.510
INSS - Período nº 18035.855.22.300924.1.2.15-3153	21 de novembro de 2024	4.545
INSS - Período nº 34830.11563.050924.1.2.15-5245	21 de novembro de 2024	4.635
INSS - Período nº 32872.34569.050924.1.2.15-1256	21 de novembro de 2024	4.599
Total Restituído		219.633

9. Arrendamentos:				Obrigações de Direito de uso arrendamento mercantil				
Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	2024	2023	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Saldo inicial em 01/01/2024	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	3.341	539	2.802	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	(662)	-	-	-	-	-	-
Despesa financeira	-	265	-	-	-	-	-	-
Amortização de direito de uso	(751)	-	(751)	-	-	-	-	-
Transferência de Curto para Longo prazo	-	352	(352)	-	-	-	-	-
Saldo final em 31/12/2024	2.590	494	2.450					

A Companhia adotou, em 1º de janeiro de 2024, o CPC 06(R2)/NBC TC 06 (R3), que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia reconheceu como ativo ("Direito de uso em arrendamentos") o contrato de locação de imóveis. O que antes era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de "direitos de uso em arrendamentos" nos períodos de carência e amortização, até o pagamento integral do arrendamento. O EBITDA e o resultado operacional foram afetados.

14. Resultado financeiro:				2024		2023	
Receitas financeiras:							
Rendimentos de aplicações financeiras	17.766	23.770					
Rendimentos de aplicações financeiras - caixa restrito	7.733	9.237					
Varição monetária	8.024	23.840					
Outras	1	-					
Total	33.524	56.847					

Despesas financeiras: Juros e amortização dos custos de captação sobre financiamento (Nota Explicativa nº 10) (214.638) (246.230) Juros sobre arrendamento mercantil (265) -

Varição monetária (41) (13) Despesas bancárias (44) (36) Outras (54) (44) **Total (215.042) (246.323)**

Varição cambial, líquida 692 131 **Total (182.210) (189.345)**

Resultado financeiro (182.210) (189.345)

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social creditados ao resultado do exercício:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	274.638	274.641
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados	(93.377)	(93.378)
As alíquotas nominais	-	-
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos	(87)	(155)
(Despesa) de imposto de renda e contribuição social diferido reconhecidos no resultado do exercício	(93.464)	(93.533)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos no balanço patrimonial:

	31/12/2022	Movimentações	31/12/2023	
Ativo:	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	1.820	1.137	(1.790)	1.167
Prejuízo fiscal	428.361	26.901	-	455.262
Saldo	430.181	28.038	(1.790)	456.429

Provisão sobre as receitas de serviços (774.607) (158.249) 38.467 (894.389)

Saldo (774.607) (158.249) 38.467 (894.389)

Líquido (346.426) (130.211) 36.677 (437.960)

Ativo: **31/12/2023** **Movimentações** **31/12/2024**

	Saldo Inicial	Adições	Reversões	Saldo Final
Provisões diversas	1.167	1.498	(1.135)	1.530
Arrendamento Mercantil FR51				

★ continuação

Sistema Produtor São Lourenço S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do **Sistema Produtor São Lourenço S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações financeiras do **Sistema Produtor São Lourenço S.A. ("Companhia" ou "SPSL")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sistema Produtor São Lourenço S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida

é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração e Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 27 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/0-1 - S - SP

Dário Vieira De Lima

Contador - CRC 1 SP 238754/0-6

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 17/04/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/04/17/SAOLOURENCO1582011217042025.pdf>

Hash: 1744833240f340ed3e132d4fc29616402aa6e300a6